



Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
3ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº. 96 /2018

9ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018.

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/2083/2014

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201404047

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

RECORRIDO: IDECAL INDÚSTRIA DE CALÇADO LTDA.

AUTUANTE: MARIA IRANDÊ COUTO FERNANDES

RELATOR ORIGINÁRIO: RICARDO VALENTE FILHO

RELATORS DESIGNADA: ANA MÔNICA FILGUEIRAS MENESCAL

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. OPERAÇÕES INTERESTADUAIS DE SAÍDAS. FALTA DE APOSIÇÃO DO SELO FISCAL DE TRANSITO EM NOTAS FISCAIS EMITIDAS PARA OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. 1. Obrigação prevista no artigo 157 caput do Decreto. Nº 24.569/97. 2. Irregularidade objetiva. 3. Obrigação de fazer. 4. Feito julgado EXTINTO, em 1ª Instância, em razão de falta de interesse processual, consoante dispõe o art. 87, I, "e", da Lei nº 15.614/14, visto que o fato deixou de ser considerado infração por força da Lei nº 16.258/2017. Decisão: por voto de desempate da Presidente, proferido ainda em sessão: CONHECER DO REEXAME NECESSÁRIO, DAR-LHE PROVIMENTO, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA PARA SER PROFERIDO NOVO JULGAMENTO EM RAZÃO DE ENTENDER QUE NÃO HOUE A EXTIÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL EXARADA EM 1ª INSTÂNCIA, CONSIDERANDO QUE EMBORA A LEI Nº 16.258/2017 TENHA RETIRADO A PENALIDADE ESPECÍFICA PARA A INFRAÇÃO EM QUESTÃO, O CONTRIBUINTE CONTINUA OBRIGADO A APLICAR O SELO FISCAL DE TRÂNSITO EM TODAS AS OPERAÇÕES DE ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS, CONFORME O ART. 157 E SEGUINTE DO RICMS. Decisão por maioria de votos.

RELATÓRIO

Consta do Auto de Infração, lavrado contra a empresa: **IDECAL INDÚSTRIA DE CALÇADO LTDA.**

Entregar, transportar, receber, estocar ou depositar mercadoria acompanhada de documento fiscal sem o selo fiscal de trânsito. Após intimado o contribuinte para que comprove suas vendas para outros Estados da Federação, o mesmo fez em parte, mas deixou de comprovar as notas existentes no relatório anexo, no montante de R\$428.410,67. Ver informações complementares ao Auto de Infração. A multa de 20% sobre o montante.

Crédito Tributário: Base de Cálculo: R\$428.410,67

Multa : R\$85.682,14

Período: 01 a 12/2009

O autuante apontou como dispositivos infringidos os artigos 153, 155, 157, 159, todos do Decreto nº 24.569/97 e sugere como penalidade a prevista no art. 123, III, "m", da Lei nº12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 13.418/03.

Nas Informações Complementares (fls. 03-05) o agente fiscal ratifica a acusação, anexando todos os documentos que serviram de base para autuação:

- Planilha de Notas Fiscais (fls. 06-11);
- Mandado de Ação Fiscal nº 2013.36351 (fls. 12);
- Termo de Início de Fiscalização nº 2014.01906 (fls. 13);
- Termo de Intimação nº 2014.01908 (fls. 14);
- Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2014.12027 (fls.15);

o processo foi encaminhado ao Contencioso Administrativo Tributário e submetido a julgamento.

O autuado apresenta impugnação ao Auto de Infração às fls. 23 a 42.

O julgador singular decide pela EXTINÇÃO do feito fiscal, em razão de falta de interesse processual, conforme o art. 87, I, "e", da Lei nº 15.614/2014, uma vez que a Lei nº 16.258/2017 deixou de tipificar o fato como infração, consoante se observa na modificação ao art. 123, III, "m", da Lei nº 12.670/96.

REEXAME NECESSÁRIO.

A Assessoria Processual Tributária, por meio do Parecer nº 001/2018, entende contrariamente ao julgamento de 1ª Instância e sugere o retorno do processo à CEJUL, para apreciação do mérito e emissão de novo julgamento.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Acusa a Inicial que a empresa **IDECAL INDÚSTRIA DE CALÇADO LTDA.** emitiu notas fiscais destinadas a outros Estados da Federação sem que aposição do selo fiscal de

trânsito no exercício de 2009.

O artigo 157 do Decreto nº 24.569/97 estatui que aplicação do selo de trânsito será obrigatória para todas as atividades econômicas na comprovação de operações de entradas e saídas de mercadorias.

Além do mais, a Norma de Execução nº 02/1997, publicada no Diário Oficial do Estado em 08/05/1997, preconiza no art. 1º que **as notas fiscais não seladas por ocasião da entrada neste Estado, deverão ser encaminhadas ao Núcleo de Execução de Administração Tributária da circunscrição fiscal do destinatário para aposição do Selo Fiscal de Trânsito.**

Referida Norma de Execução estabelece, ainda, que o servidor fazendário, antes da aposição do selo para efeito de regularização das notas fiscais mencionadas no artigo anterior, deverá exigir do contribuinte a comprovação da efetiva entrada da mercadoria no Estado (art.2º).

Ante o exposto, opina-se pelo conhecimento do Reexame Necessário, dar-lhe provimento, determinando o retorno dos autos à Primeira Instância para ser proferido novo julgamento em razão de entender que não houve a extinção por falta de interesse processual exarada em 1ª Instância, considerando que, embora a Lei nº 16.258/2017 tenha retirado a penalidade específica para a infração em questão, o contribuinte continua obrigado a plicar o selo fiscal de trânsito em todas as operações de entradas e saídas de mercadorias, conforme determina o art. 157 e segs, do RICMS.

É o voto.

DECISÃO:

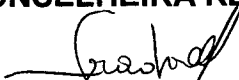
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: **IDECAL INDÚSTRIA DE CALÇADO LTDA.**

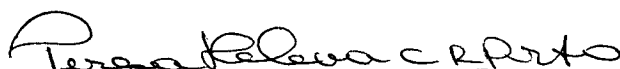
A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e, por voto de desempate da Presidente, proferido ainda em sessão, que se manifestou nos seguintes termos: conhecer do Reexame Necessário, dar-lhe provimento, determinando o retorno dos autos à primeira instância para ser proferido novo julgamento em razão de entender que não houve a extinção por falta de interesse processual exarada em 1ª Instância, considerando que embora a Lei nº 16.258/2017 tenha retirado a penalidade específica para infração em questão, o contribuinte continua obrigado a aplicar o selo fiscal de trânsito em todas as operações de entradas e saídas de mercadorias, conforme determina o art. 157 e seguintes do RICMS. Nos termos do voto da Conselheira Ana Mônica Filgueiras Menescal, designada para lavrar a respectiva resolução, por ter proferido o primeiro voto discordante e vencedor de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo Representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Ricardo Valente Filho (Relator Originário), Osvaldo Alves Dantas e Gabriella Lima Batista, que se manifestaram de acordo com o julgamento singular.

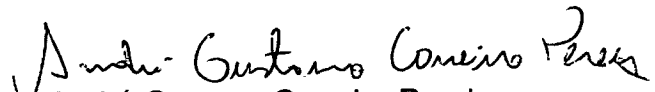
SALA DAS SESSÕES DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 16 de julho de 2018.


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Mônica Filgueiras Menescal
CONSELHEIRA RELATORA


Michel André Bezerra Lima Gradvohl
CONSELHEIRO


Teresa Helena C. Rebouças Porto
CONSELHEIRA


André Gustavo Carreiro Pereira
PROCURADOR DO ESTADO


Renan Cavalcante Araújo
CONSELHEIRO


Ricardo Ferreira Valente Filho
CONSELHEIRO


Osvaldo Alves Dantas
CONSELHEIRO